

RESOLUÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA SEGURIDADE SOCIAL (CPST) APROVADAS NA PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS DIA 7 DE MAIO/2017



O Encontro Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CPST) foi realizado na sala 11 do Hotel Nacional, em Brasília - **no dia 6 de maio/17**- contou com a presença de 42 trabalhadores, representando os estados do RN - PR - SP - RS - SC - CE - MG - ES - PA - MS e RJ e oposição DF.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

1. Buscar junto à Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS) o cumprimento e efetivação do calendário de implantação das Mesas Locais nos Estados onde ainda não foram implantadas;

- Que a Fenasps faça um movimento em direção aos SPFs para que as Mesas Setoriais Nacionais dos outros setores sejam instituídas. A única Mesa que funciona é a MSNP/MS.

2. Buscar informações através da MSNP/MS, sobre quais critérios estão sendo utilizados para a locação dos imóveis onde serão instalados os Núcleos do MS em alguns Estados;

3. Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais para fazer levantamento sobre pendências relativas à reposição de horas de greve para poder levar essa questão para a MSNP/MS e cobrar do Ministério do Trabalho (MTb) e do Ministério do Planejamento (MP) planilha de reposição de horas do período das greves pois estas pendências têm dificultado a aposentadoria dos servidores;

4. Intensificar a cobrança junto ao Ministério do Planejamento da necessidade de envio dos contracheques dos colegas com mais de 65 anos e acesso aos demais documentos físicos em papel, enviando os mesmos pelo correio;

5. Ação judicial preventiva contra o desconto do Imposto de Renda (IR) no contracheque em função do pagamento da incorporação das gratificações desde janeiro de 2017;
6. Ação judicial preventiva garantido o não pagamento de multa pela não declaração do IR visto que os servidores não tiveram acesso às declarações de rendimento e Moção de Repúdio ao MS, INSS, MTb, que não enviaram a tempo aos trabalhadores, via carta-correio, informação de rendimentos, impossibilitando os mesmos de fazer sua declaração de Imposto de Renda;
7. Exigir a implantação imediata do Comitê Gestor de Carreira junto ao Ministério do Planejamento;
8. Discutir na MSNP/MS a implementação das 30 horas em todos os estados e municípios no ato da negociação da renovação dos convênios de descentralização;
9. Intensificar as negociações no sentido de estender as 30 horas sem redução de salário para todos os trabalhadores dos Núcleos Estaduais do MS;
10. Que a Fenasps cobre do Ministério da Saúde e do Planejamento a ratificação da implementação dos 100 pontos para os servidores cedidos ao SUS através da MSNP/MS;
11. Exigir exames periódicos para todos os servidores públicos federais ativos e aposentados da Seguridade Social, inclusive os cedidos;
12. Buscar junto ao Ministério do Planejamento o aumento do valor da *per capita* dos planos de saúde (GEAP E CAPESAÚDE);
13. Debater no processo de negociação salarial a incorporação de todas as gratificações ao Vencimento Básico;
14. Cobrar do MS o fornecimento do comprovante do Ponto Eletrônico e discutir na MSNP/MS formas que facilitem a compensação de horas;
15. Insalubridade: solicitar da assessoria jurídica da Fenasps parecer em relação às portarias publicadas pelo Ministério do Planejamento referentes às alterações que houve para pagamento da insalubridade em serviços insalubres;
16. Solicitar a assessoria jurídica da Fenasps parecer sobre a aposentadoria especial para os servidores federais em especial da FUNASA/MS;
17. Que a Fenasps busque informação junto aos MS se está havendo dificuldade para conceder o abono de permanência, considerando o período insalubre, judicial ou administrativo;
18. Indenização de Campo/Diária: aumento de valores – que a Fenasps encaminhe este debate para a MSNP/ MS;
19. Que a Fenasps cobre do Ministério do Planejamento uma data para o pagamento da incorporação das gratificações nas aposentadorias com acompanhamento da assessoria jurídica;

20. Cobrar do Ministério Planejamento a extensão do pagamento da GACEN/GECEN para todos os cargos/funções oriundos da FUNASA;
21. Solicitar do Ministério do Planejamento concurso público urgente para reposição de pessoal nos Núcleos estaduais do MS e MTb;
22. Que a Fenasps oriente aos sindicatos estaduais a dar ampla divulgação à Política de Educação Permanente em Saúde sobre os convênios firmados entre o MS e algumas faculdades para os trabalhadores do SUS e MS;
23. Na discussão do processo de reestruturação das carreiras, que seja garantida a implementação das Gratificações de Qualificação e titulação para todos;
24. Que os sindicatos estaduais busquem informações sobre os problemas relacionados aos trabalhadores da FUNASA/MS que desenvolvem trabalhos com as aldeias indígenas;
25. Indicar para os estados fazerem os levantamentos dos profissionais do setor de saneamento que foram remanejados para o Ministério das Cidades, a fim de marcar uma reunião nacional para se apropriar do Tema. Esses profissionais estão vinculados ao Ministério da Saúde ou Funasa;
26. Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais a participar da Conferência de Saúde da Mulher e da Vigilância em Saúde, prevista para o período de 1º a 4 de agosto de 2017;
27. Solicitar informações na MSNP/MS, sobre a municipalização dos guardas de endemias;
28. Que a Fenasps continue a luta para garantir a reintegração de todos os Anistiados;
29. Que os estados elaborem dossiê completo do MTb sobre a extinção de serviços, precarização do trabalho, terceirização, municipalização dos serviços etc, a ser encaminhado para a Fenasps. Encaminhar também denúncia ao Ministério Público;
 - Convocar encontro nacional dos trabalhadores do MTb ampliado com as outras entidades.



30. Que a Fenasps oriente aos sindicatos estaduais a intensificar o processo de denúncia dos parlamentares que votaram a favor das reformas e da terceirização. Distribuição de cartilhas à população e acompanhar o calendário do FONASEFE e centrais sindicais;
31. Encaminhar para a MSNP/MS a discussão/denúncia de condições de trabalho (elevadores) do Núcleo Estadual de SP (09 de Julho) e dos demais estados que apresentam problemas semelhantes;
34. Moção de repúdio contra a repressão policial que aconteceu no Rio de Janeiro e todas as outras regiões ocorridas no dia 28/04;
35. Que a Fenasps encaminhe Moção de Repúdio ao MS e Ministério do Planejamento do contra o não fornecimento de contracheques e declarações de rendimento para o Imposto de Renda. E solicitar ao MPlanejamento a criação de um novo sistema que facilite o acesso SIGEPE/SICAG;
36. Que a Fenasps realize Ato no Ministério do Planejamento, com todos os servidores ativos e aposentados do Seguro, Seguridade Social (PST) e Anvisa contra a retirada de direitos e paridade, com data a definir;
37. Que a Fenasps encaminhe a denúncia das atrocidades que estão acontecendo com os trabalhadores da saúde do RJ, onde os mesmos estão sem salários há três meses. Que os estados que estão com problemas encaminhem dossiê para que a federação debata essas questões na MSNP/MS;
38. Que a Fenasps indique para os estados a participação e ampliação dos fóruns ampliados com todos os segmentos da sociedade civil organizada em defesa do SUS;
39. Intensificar a denúncia das mentiras do governo: sobre a Previdência deficitária e sobre os dados do IBGE, que indica um crescimento dos idosos em 4% ao ano até 2060;
40. Todo o apoio à paralisação do Serviço Social e Reabilitação Profissional do INSS no dia 08/05;
41. Calendário de luta: 08 a 12 de maio de 2017 – mobilização na Câmara e Senado;
42. Contra as Reformas Trabalhista, Previdenciária e Administrativa e todas as formas de terceirizações;
43. Que a Fenasps oriente os estados a entrar com ações para servidores da FUNASA receberem o FGTS do período até 1990;
44. Levantar as informações quanto à exigência de comprovação científica do remédio chinês para tratar de câncer infantil;
45. Que a Fenasps indique ao estado do Paraná que acompanhe a investigação do óbito por H1N1 ocorridos em Curitiba (Posto Boa Vista);
46. Tendo em vista a impossibilidade de emissão do contracheque dos aposentados, que o governo crie cursos de inclusão digital em todos os estados. Que a Fenasps Indique aos sindicatos a possibilidade de criar mecanismos que possibilitem aos companheiros aposentados aprender a retirar seus contracheques;

47. Que a Fenaps exija do MTb a reinstalação do Grupo Permanente de Discussão sobre Condições de Trabalho – GPCOT;
48. Convocar a reunião do GT de Seguridade Social;
49. Realizar Seminário sobre pecúlio com a presença da assessoria jurídica.



GEAP / CAPESAÚDE

1. Buscar da assessoria um parecer sobre os valores cobrados a título de coparticipação do plano de saúde, estudando a possibilidade de liminar, diminuindo os valores e denunciando na ANS;
2. Buscar da assessoria um parecer que garanta ao titular do plano de saúde (GEAP/CAPESAÚDE), quando o mesmo estiver inadimplente, a sua permanência respaldada pelo Estatuto do Idoso;
3. Que a Fenaps solicite audiência no STF com o Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, para argumentar sobre a necessidade da GEAP para os servidores;
4. Que a Fenaps denuncie no Ministério Público o patrocínio da GEAP a um time de voleibol do estado da Paraíba, solicitando inclusive a devolução dos valores gastos com esse patrocínio;
5. Que a Fenaps cobre da GEAP o comprovante dos gastos com saúde dos dependentes agregados ao plano;
6. Que a Fenaps questione à GEAP a forma de aplicação do índice de reajuste do plano aplicado depois da soma da contribuição mais *per capita* patronal. E verificar se não ocorre o mesmo na CAPESAÚDE. Caso seja necessário, impetrar ação judicial.

7. Que a Fenasps, por meio da Plenária Nacional indique uma data para uma atividade na GEAP e no Ministério do Planejamento, contra o aumento abusivo e pelo aumento da *per capita* patronal;
8. Que a Fenasps cobre da GEAP que a mesma tenha rede própria de atendimento integral para as terceiras e quarta idade em conformidade com o Artigo 8 da Lei nº 9656/98 e a Constituição Federal; Atendimento Básico Integral Holístico; Centros de Convivência com Assistência Integral; Planejamento de Curto, Médio e Longo Prazos para o Projeto Idoso Bem Cuidado e Avaliar as Leis Que responsabilizam o Governo em relação à Assistência aos Servidores Públicos (IPASE – 1938);
9. Que a Fenasps impetre ação judicial impedindo a exclusão dos “Geapianos” por falta de pagamentos em participação.

Calendário de Luta:

- 8 de maio** – atividades em Brasília e nos Estados dos Assistentes Sociais e Reabilitação Profissional;
- 08 a 12 de maio de 2017** (mobilização com parlamentares);

Brasília-DF, 8 de maio de 2017.

FENASPS